

A “TRANSIVERSIDADE” E A CONSTRUÇÃO DO COLETIVO “UNETRANS+” NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

**MIGUEL ARTHUR TEIXEIRA OTON/AUTOR
Universidade do Estado da Bahia - UNEB**

**TAMARA DE MATOS GUERRA/AUTOR
Universidade do Estado da Bahia – UNEB**

**NATIELE DE LIMA SILVA/AUTOR
Universidade do Estado da Bahia – UNEB**

**GLENDA FELIX OLIVEIRA/AUTOR
Universidade do Estado da Bahia - UNEB**

Resumo

A política de cotas para inclusão de pessoas travestis, transgênero e transexuais nas universidades deve ser observada como um mecanismo de combate às desigualdades, promovendo a equidade no ensino superior. A Universidade do Estado da Bahia – UNEB adota essa política de cotas para ingresso nos seus cursos por. Todavia, promover o ingresso dessas pessoas na Universidade não é garantir a sua permanência. Muitas barreiras ainda precisam ser rompidas. Desse modo, o objetivo geral deste artigo é fazer uma reflexão crítica sobre o acesso das pessoas LBGQTQIAPN+ às universidades, com o propósito de abordar questões que podem ser objeto de melhoria para propiciar não só o acesso, mas também a permanência. Por meio de uma pesquisa de cunho bibliográfico, mas que também envolveu a observação e a análise de informações fornecidas pelo Coletivo Unetrans+, concluímos que o implemento das cotas para transexuais, travestis e transgêneros é um caminho para a equidade social na educação superior, assim como busca o combate contra o preconceito estrutural e a exclusão social. Além disso, a experiência da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em adotar cotas para essa população demonstra um avanço significativo referente a diversidade, que propicia o reconhecimento das identidades trans dentro da sociedade. É importante que as universidades apoiem a criação de coletivos, a exemplo do Coletivo Unetrans+, pois são eles importantes aliados na luta pelo acesso às universidades e mais do que isso, na luta pela permanência das pessoas no mundo universitário. O ambiente acadêmico precisa ser plural e acolhedor.

Palavras-chave: Pessoas trans. Acesso. Universidade.

Abstract

The quota policy for the inclusion of transvestites, transgender and transsexual people in universities must be observed as a mechanism to combat inequalities, promoting equity in higher education. The State University of Bahia – UNEB adopts this quota policy for admission to its courses. However, promoting the entry of these people into the University does not guarantee their permanence. Many barriers still need to be broken. Therefore, the general objective of this article is to critically reflect on the access of LBGQTQIAPN+ people to universities, with the purpose of addressing issues that can be

subject to improvement to provide not only access, but also permanence. Through bibliographical research, which also involved the observation and analysis of information provided by the Unetrans+ Collective, we concluded that the implementation of quotas for transsexuals, transvestites and transgender people is a path towards social equity in higher education, as well as seeks to combat structural prejudice and social exclusion. Furthermore, the experience of the State University of Bahia (UNEB) in adopting quotas for this population demonstrates a significant advance regarding diversity, which promotes the recognition of trans identities within society. It is important that universities support the creation of collectives, such as the Unetrans+ Collective, as they are important allies in the fight for access to universities and more than that, in the fight for people to remain in the university world. The academic environment needs to be plural and welcoming.

Keywords: Trans people. Access. University.

Introdução

O ensino superior exerce o papel fundamental na promoção da justiça e igualdade social, de modo que permite o acesso universal à educação e incentiva a diversidade e a inovação com iniciativas, como: coletivos e movimentos estudantis, políticas de ações afirmativas. Nesse viés, busca desbravar a respeito da inclusão de cotas para travestis, transexuais e transgênero nas universidades estaduais e federais, cujo objetivo finalístico é combater as desigualdades históricas e promover equidade no ensino superior. No Brasil, políticas de melhorias são implementadas na tentativa de combater a exclusão de minorias, como pessoas negras, indígenas, com deficiência e transgêneros, de forma que seja assegurado a reserva de vagas e apoio financeiro.

Outrossim, é importante manter a autonomia das universidades, uma vez que é fator crucial para adaptar políticas inclusivas às necessidades específicas dos ingressos, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e sucesso dos estudantes. Com a recente introdução de cotas para transexuais, travestis e transgêneros na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), é sem dúvidas, um passo significativo na promoção da inclusão e respeito às identidades trans, destacando o potencial transformador da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Vale ressaltar que, os processos seletivos que são comumente utilizados, tais como o ENEM, vestibulares e demais provas, são instrumentos que intermediam o acesso ao ensino superior. Àqueles que são minorias, optam pelo ingresso nas universidades, por meio do sistema de cotas que detém um papel significativo para aqueles em situações de vulnerabilidade. A lei n.º 14.723, popularmente conhecida como Lei de Cotas, engloba determinadas categorias de pessoas consideradas como vulneráveis, no entanto é ausente na referida Lei suporte à comunidade LGBTQIAPN+:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. (Brasil, 2012).

Embora o acesso às instituições de ensino seja livre, é importante considerar que existem processos de seleção que requerem aprimoramento. Sabe-se que a universidade é a porta de entrada para a vida profissional, desse modo, é importante que seja um ambiente acolhedor que atenda e assegure os direitos de todos, conforme é previsto no art. 5º da Constituição Federal/88.

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão crítica sobre o acesso das pessoas LBGTQIAPN+ às universidades, com o propósito de abordar questões que podem ser objeto de melhoria para propiciar não só o acesso, mas também a permanência dessas pessoas.

Tomaremos como base para a nosso artigo as práticas adotadas pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, relacionadas à política de cotas para pessoas travestis e transgênero, dialogando com o trabalho desenvolvido pelo Coletivo Unetrans+, que visa, dentre outras coisas, lutar pela permanência dessas pessoas dentro da UNEB. Apesar de ser uma pesquisa de cunho bibliográfico, também envolveu a observação e a análise de informações fornecidas pelo Coletivo Unetrans+.

1193

Panorama geral a respeito da transgeneridade

A discussão sobre sexo, gênero e identidade de gênero revela a complexidade dessas categorias. Sexo refere-se às características biológicas determinadas no nascimento, enquanto gênero é uma construção social e cultural que vai além do binarismo feminino e masculino, abrangendo uma ampla gama de identificações pessoais. A identidade de gênero, por sua vez, é a autopercepção do indivíduo em relação a essas categorias, podendo ou não se alinhar com o sexo biológico (Côrrea *et al.*, 2019).

Em 2013, o "Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais", em sua quinta edição (DSM-5), passou por uma atualização significativa na qual o conceito anteriormente conhecido como transtorno de identidade de gênero foi renomeado para disforia de gênero (Nascimento *et al.*, 2014 *apud* da Silva *et al.*, 2021). A revisão dos critérios diagnósticos agora enfatiza o sofrimento psicológico que decorre das questões de gênero e da incongruência entre

o gênero experienciado e o sexo designado ao nascer (McCann, Lee e Brown, 2016 *apud* da Silva *et al.*, 2021).

Apenas em 2018 a Organização Mundial de Saúde (OMS), durante a 72ª assembleia mundial da saúde, em Genebra, atualizou a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), na sua 11ª edição. Com esta atualização, a transexualidade foi reclassificada, saindo da categoria de transtornos mentais para integrar as “condições relacionadas à saúde sexual”, sendo nomeada como “incongruência de gênero” (OMS, 2018).

Ainda conforme Côrrea (*et al.*, 2019), em particular, a transgeneridade desafia a correspondência tradicional entre sexo biológico e gênero, abarcando indivíduos cuja identidade não se enquadra nos padrões binários masculino e feminino, enfrentando, como consequência, discriminação e violência que afetam significativamente sua qualidade de vida e saúde mental. Essa realidade evidencia a necessidade de uma maior compreensão e inclusão social para combater o preconceito e promover o bem-estar de pessoas trans e não binárias.

A ambiguidade na definição de conceitos sobre transexualidade e transgeneridade, somada à variedade de experiências que desafiam os padrões heteronormativos vigentes na sociedade, são elementos cruciais que alimentam o ciclo de preconceito e discriminação em diversos contextos. Essa realidade se reflete diretamente na sub-representação dessa população em espaços de educação, pesquisa e iniciativas de extensão social. Conforme Viana (*et al.*, 2022), “cerca de 80% das pessoas trans que abandonaram o ensino médio no mundo estão no Brasil, motivo pelo qual é escassa a presença de estudantes transgênero no ensino superior brasileiro, que representam apenas 0,02% dos estudantes universitários”.

O dado trazido por Viana (*et al.*, 2022), indicando que a grande maioria das pessoas trans que deixam o ensino médio são brasileiras, e a conseqüente raridade de estudantes transgênero no ensino superior, evidencia não apenas uma crise na educação, mas uma falha generalizada da sociedade em fornecer espaços seguros, acolhedores e inclusivos.

A ideia de que o gênero transcende o binarismo tradicional feminino e masculino abre espaço para o reconhecimento de uma rica variedade de experiências humanas e identidades pessoais. Além disso, a noção de identidade de gênero como autopercepção traz à tona a importância do respeito e da validação das experiências individuais, independentemente de se alinharem ou não com as expectativas sociais ou biológicas pré-concebidas. Dessa forma, esse entendimento não apenas desafia estereótipos e preconceitos, mas também destaca a necessidade de políticas e práticas mais inclusivas que respeitem a identidade e a dignidade de cada pessoa.

A universidade como difusora de políticas inclusionistas: o sistema de cotas

A universidade ocupa um papel crucial na estruturação de uma sociedade mais justa e igualitária. Por meio do ensino superior, é possível não apenas ampliar o conhecimento e fomentar a inovação, mas também promover a socialização e a democratização da educação. Nesse contexto, Schwartzman (2013, *apud* Amaral *et al.*, 2017) destaca que a democratização da educação se configura como um dos principais motores para a expansão do sistema educacional globalmente. Essa expansão tem como um de seus objetivos fundamentais possibilitar a todos a igual participação nos espaços sociais, reforçando a noção de que o ensino superior deve ser acessível a todos, independentemente de suas origens sociais, econômicas, raciais ou de gênero.

Seguindo essa linha de raciocínio, a universidade transforma-se no pilar essencial para a formação integral do indivíduo, impondo-se ao Estado o dever de ressaltar sua importância e criar mecanismos que assegurem o acesso ao ensino superior por todas as camadas da sociedade. Tal iniciativa não apenas promove a diversidade de opiniões e vivências no ambiente acadêmico, mas também estimula o desenvolvimento de tecnologias e pesquisas que beneficiam tanto a sociedade quanto a nação, enriquecendo o espectro de estudos e investigações.

Este cenário torna-se ainda mais relevante quando consideramos o histórico de exclusão das minorias no Brasil, um processo longo que reforçou barreiras sociais e limitou o acesso ao ensino a determinados grupos. A segregação, conforme descrita por Karl Polanyi (2000), atuou como uma "engrenagem do capital", isolando e discriminando indivíduos não brancos, mulheres, cisgêneros, pessoas de baixa renda, além de outras minorias, como pessoas com deficiências e transtornos psíquicos.

Ademais, para além das populações citadas, ainda se torna importante destacar outras minorias, tais como: pessoas com deficiências físicas e portadores de transtornos psíquicos e altas habilidades, as quais precisam lidar diariamente com o preconceito e a exclusão que a sociedade instituiu para com elas. Todo esse processo ocorre a partir de tentativa de sobreposição da classe dominante, que segrega e explora a dominada.

Sob este espectro, é possível entender que na sociedade brasileira está enraizado um tratamento hostil, estrutural e estruturante, para com as chamadas minorias sociais - acabam por ser majorias no âmbito quantitativo -, que repercute negativamente para a democratização do ensino no país, ao ter em vista que a discriminação afasta e dificulta o acesso dessas pessoas ao

direito à educação. Doravante, é nesse contexto que eclode o debate a respeito das políticas públicas inclusivas de “ações afirmativas” na educação como medida de reparação do processo histórico de segregação, a fim de diminuir as desigualdades geradas pelo sistema de exploração capitalista vigente.

Ainda é necessário recordar que no processo de conquista da igualdade, há a necessidade de decisões que visem a equidade, em virtude das disparidades sociais presentes na sociedade brasileira. É nesta perspectiva que se deve introduzir sobre o que são essas ações reparadoras equitativas e o papel da Lei no cumprimento desta. De acordo o Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEEMA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), as ações afirmativas podem ser definidas como:

[...] políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero, de classe ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.

Diante dessa realidade, as políticas de ações afirmativas surgem como estratégias cruciais para reparar injustiças históricas e promover uma maior equidade no acesso à educação superior. Estas políticas, que incluem desde bolsas de estudo e financiamento estudantil até o Sistema de Cotas, visam combater a discriminação e aumentar a participação de grupos historicamente marginalizados no ensino superior. A Lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas, é um marco nesse sentido, garantindo uma reserva de vagas para negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, e aqueles que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Embora a legislação que torna obrigatória a política de cotas nas instituições de ensino superior tenha sido promulgada apenas em 2012, algumas universidades já adotavam iniciativas para democratizar o acesso ao ensino superior antes dessa data. Um exemplo pioneiro é a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que, em 2003, introduziu cotas raciais, reservando 40% das vagas para candidatos negros. Essa medida foi posteriormente expandida e diversificada em 2018, com a aprovação da Resolução nº 1.339/2018 pelo CONSU, que aumentou as vagas reservadas para quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, indivíduos com transtorno do espectro autista e altas habilidades, além de transexuais, travestis e transgêneros.

Essa autonomia das instituições de ensino superior é crucial para que atuem como promotoras de políticas inclusivas. A independência na gestão universitária facilita a identificação e correção de lacunas e deficiências nas políticas públicas de cada instituição. Esse papel proativo é especialmente importante diante da tendência do Estado em relegar a segundo plano os investimentos necessários na infraestrutura e na democratização da educação, incluindo a inclusão de indivíduos, principalmente de minorias sociais, no ensino superior. Tal negligência estatal pode levar as universidades a enfrentarem dificuldades financeiras que comprometem a qualidade do ensino oferecido.

Além de implementar medidas para facilitar o acesso ao ensino superior, é igualmente fundamental assegurar que os beneficiados por essas políticas consigam se manter e ter sucesso na universidade. Como aponta o professor Jamil Cury (*apud* Peres, 2018), da Pontifícia Universidade Católica (PUC), o desafio não se limita a garantir o acesso ou a criação de vagas; é preciso também assegurar a permanência e o sucesso qualificado dos estudantes dentro dessas vagas. Para isso, programas como o Bolsa Permanência e as assistências do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) são essenciais, abrangendo desde moradia estudantil até apoio pedagógico, garantindo que a diversidade dentro das universidades se traduza em uma real inclusão e sucesso acadêmico dos estudantes

1197

I - Moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (PNAES, 2007).

Em suma, as políticas adotadas pelo Estado refletem um esforço de adequação às múltiplas realidades dos estudantes, destacando-se aqui a importância das políticas de inclusão e, de modo mais específico, o impacto do sistema de cotas. Diante dos obstáculos amplificados pelas disparidades socioeconômicas e pela persistência do preconceito e da segregação, torna-se evidente a necessidade de ações que assegurem não só o acesso, mas também a permanência qualitativa desses estudantes no ensino superior.

Nesse panorama de busca por equidade, a introdução de cotas para transexuais, travestis e transgêneros na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) representa um avanço significativo. Esse passo não somente amplia o leque de oportunidades educacionais para essas populações, mas também sinaliza um movimento mais amplo de reconhecimento e valorização das identidades trans, contribuindo para a desconstrução de estigmas e fomentando um ambiente de maior inclusão e respeito dentro e fora do ambiente acadêmico.

A experiência da UNEB, pioneira na adoção dessas cotas, evidencia um caminho promissor para a transformação social por meio da educação, iluminando as possibilidades e desafios da vivência trans no Brasil. Este é um momento oportuno para refletir sobre o papel transformador das universidades na sociedade e na vida dos indivíduos, reconhecendo que a luta pela inclusão e pela igualdade de direitos é contínua e necessita do comprometimento de todos os setores da sociedade. Assim, avançar na discussão sobre as cotas para trans e suas implicações na vivência trans no Brasil é não apenas relevante, mas fundamental para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

O Coletivo Unetrans+

A UNEB possui um coletivo denominado de Unetrans+. À priori, torna-se essencial compreender, o que define um coletivo e qual sua influência na dinâmica social, além de esclarecer a razão por trás do nome escolhido para o grupo e a motivação para sua seleção.

Segundo informações passadas pelo próprio Coletivo Unetrans+, o Coletivo é um exemplo vívido de como a solidariedade e a união de experiências podem gerar movimentos significativos de mudança e representatividade. Ao se reunirem na segunda conferência dos estudantes de Salvador, em outubro de 2019, membros da comunidade LGBTQIAPN+, em especial pessoas trans e não binárias, compartilharam vivências e desafios enfrentados dentro do ambiente acadêmico. A partir desse encontro produtivo e de reflexões coletivas no GT5, que discutia LGBTfobia, surgiu a ideia de criar um espaço que não só abordasse essas questões, mas também promovesse apoio e visibilidade para estudantes trans na universidade do estado da Bahia.

A escolha do nome Unetrans+ reflete tanto o propósito de união desses estudantes quanto a identificação com a instituição de ensino à qual pertencem, criando um vínculo direto entre a identidade do Coletivo e seu contexto universitário. Essa iniciativa sublinha a importância da criação de redes de apoio e representação dentro das universidades, oferecendo um espaço seguro para que estudantes trans possam expressar suas preocupações, compartilhar suas experiências e trabalhar coletivamente por um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

A formação desse Coletivo é um lembrete poderoso de que ações conjuntas baseadas em experiências compartilhadas podem levar à criação de comunidades mais fortes e resilientes, capazes de enfrentar discriminações e promover mudanças significativas no ambiente em que estão inseridas. Além disso, destaca a importância do reconhecimento e da inclusão de vozes

diversas no espaço acadêmico, contribuindo para a construção de uma educação mais equitativa e representativa.

De acordo com informações passadas pelo Unetrans+, ainda não há um estatuto, nem a formalização de uma diretoria. As pessoas que dele fazem parte ainda estão no processo de criar o estatuto do Coletivo, com a expectativa de finalizá-lo em breve. Embora ainda não tenham uma diretoria oficial, as pessoas que iniciaram o movimento atualmente atuam como coordenadores.

Como já dito, até o momento, o Unetrans+ não possui um estatuto próprio, adotando as normas estabelecidas pelo estatuto do CECUM, que é um Coletivo de estudantes cotistas na Universidade. Eles veem a si mesmos como uma ramificação do CECUM, que abrange uma variedade de grupos, incluindo o coletivo de mães, além de outros coletivos como o UNIL, o Coletivo quilombola e o cigano. Todos esses grupos estão inclusos sob a ampla estrutura do CECUM.

Quando perguntando a respeito da existência de redes sociais do Unetrans+, nos foi informado o Unetrans+ mantém presença ativa nas redes sociais, utilizando-as não apenas para divulgação interna, mas também para alcance externo. Entre eles, uma das membras se concentra na presença digital, especialmente no Instagram, enquanto outros membros focam nas tarefas administrativas. Eles se esforçam para orientar os novos integrantes, promovendo a integração e contribuindo para o crescimento do grupo, mesmo que esse crescimento ocorra de forma gradual.

O Unetrans+ destaca sua divulgação externa e participação em eventos organizados pelo estado, além de manter diálogo com outros coletivos de maior escala na Bahia, incluindo aqueles ligados a outras instituições educacionais como a UFBA. Isso demonstra que sua rede de atuação se estende além dos limites da Universidade do Estado da Bahia, alcançando uma presença significativa no cenário estadual. Embora o Instagram do coletivo não esteja tão ativo, as atividades e discussões continuam a ocorrer, evidenciando um esforço para ampliar a abordagem e visibilidade do coletivo. Existe um forte interesse em institucionalizar a presença do coletivo na Universidade do Estado da Bahia, mas igualmente importante é a participação em espaços e diálogos além dos limites da instituição.

O Coletivo ainda não formalizou o processo para integração de novos membros. Os interessados geralmente solicitam ingresso e o Unetrans+ os acompanha para facilitar sua integração e envolvimento. Essa abordagem aberta contribui para o apoio contínuo aos membros da comunidade, enfatizando a importância de uma rede de suporte inclusiva e ativa.

Esse método permite uma transição suave para aqueles que buscam apoio, criando um ambiente de acolhimento e compreensão que pode ser crucial durante períodos de vulnerabilidade ou busca por identidade. Além disso, essa flexibilidade na adesão ao Coletivo facilita a participação de indivíduos que podem estar hesitantes ou incertos sobre como se envolver com questões de identidade e inclusão. Ao priorizar a acessibilidade e minimizar barreiras burocráticas, o coletivo reforça o valor da solidariedade e do suporte mútuo, aspectos fundamentais para o bem-estar e empoderamento de seus membros.

Concomitante a isso, urge a necessidade de saber como a Universidade do Estado da Bahia apoia o Unetrans+. De acordo com o Coletivo, a interação entre a UNEB e o Unetrans+, especialmente no que diz respeito ao processo seletivo, tanto via SISU quanto pelo vestibular, poderia se tornar mais eficaz e menos burocrática com a inclusão de representantes do Coletivo nos departamentos. Essa medida não apenas facilitaria o monitoramento e a participação ativa nas decisões relacionadas à inclusão de estudantes trans, mas também reforçaria a importância da multicampia e da participação desses representantes no Coletivo.

A sugestão do Unetrans+ de incluir seus representantes nos departamentos da Universidade, particularmente nas etapas do processo seletivo, é uma ideia poderosa. Isso não só tornaria o ingresso na universidade mais acessível para pessoas trans, por meio de processos menos enredados em burocracias desnecessárias, mas também colocaria questões de inclusão no centro das discussões institucionais.

Inserir representantes do Coletivo Unetrans+ nos departamentos poderia funcionar como uma ponte direta entre a comunidade trans e a administração da universidade, garantindo que as vozes desses estudantes sejam ouvidas e consideradas em decisões importantes. Essa abordagem promove uma participação ativa e significativa no planejamento e execução de políticas inclusivas, garantindo que elas sejam não apenas eficazes, mas também pertinentes às necessidades reais dos estudantes.

Para mais, é imperativo saber sobre as dificuldades enfrentadas pelo Coletivo para existir. A representação do Coletivo UNETRANS+ relata que, por muito tempo, suas vozes foram silenciadas nos diversos departamentos da instituição devido à sua natureza multicampia. Contudo, têm empreendido ações significativas como a discussão sobre o uso de banheiros, o combate ao preconceito, e a distribuição de cartilhas educativas para aumentar a visibilidade dos problemas enfrentados pelo Coletivo.

Uma parte fundamental de suas atividades recentes inclui a participação em eventos organizados pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF), proporcionando uma

plataforma para apresentar e fortalecer o Coletivo. Há expectativas de que a PROAF lance um programa de arrecadação de fundos em benefício do coletivo, o qual planeja realizar seu primeiro encontro multicampia para fomentar discussões e planejar ações futuras. Essa iniciativa visa facilitar um diálogo construtivo necessário para a estruturação de suas atividades anuais, incluindo a organização interna e estratégias de combate à LGBTfobia nos departamentos. Apesar das limitações impostas pelo tamanho do grupo, esperam que esses encontros permitam a realização de ações mais significativas.

Depreende-se que essas iniciativas empreendidas pelo Coletivo, como discussões sobre o uso de banheiros, a luta contra o preconceito, e a distribuição de cartilhas educativas, são passos cruciais na direção de aumentar a conscientização e promover um ambiente mais inclusivo e seguro para todos na universidade. Estas ações não apenas educam a comunidade universitária sobre as questões enfrentadas por pessoas trans, mas também desafiam normas e práticas institucionais que podem perpetuar a exclusão e a discriminação.

A colaboração com a PROAF para participar em eventos e, potencialmente, lançar um programa de arrecadação de fundos, representa um avanço significativo na relação entre o Coletivo e a administração da Universidade. Isso não apenas oferece uma plataforma para amplificar as vozes e preocupações do Coletivo, mas também indica um reconhecimento institucional da importância de apoiar e financiar essas iniciativas.

1201

Um dos tópicos de interesse que corrobora para a dificuldade em desenvolver suas atividades e consolidar cada vez mais sua existência e atuação é a respeito da própria política de cotas para pessoas trans na UNEB. O Coletivo enfrenta desafios significativos devido à burocracia e à falta de infraestrutura na UNEB, que não possui mecanismos adequados para monitorar ou tratar os dados recebidos, além da ausência de uma banca de heteroidentificação. Segundo informações do Coletivo, um caso controverso exacerbou essas preocupações: uma mulher cis, casada com um policial e que havia dado à luz recentemente, conseguiu acesso pelo sistema de cotas destinado a mulheres trans. Esse incidente causou grande alvoroço e destacou a necessidade de um processo de verificação mais rigoroso.

Além disso, para atestar a identidade trans de indivíduos, é exigida uma declaração do conselho executivo LGBTQIAPN+, que, no entanto, não tinha conhecimento sobre a existência dessa pessoa em particular. Essa situação sublinha a importância do Coletivo multicampia em auxiliar no monitoramento e na participação ativa nos departamentos, evidenciando a necessidade urgente de estruturas e procedimentos mais eficazes para garantir a integridade e a justiça dos sistemas de cotas e identificação.

Doravante, foi perguntado ao Coletivo sobre a temática das políticas públicas e ações de apoio da UNEB para a permanência das pessoas trans na Universidade, assim como sobre a forma como o Coletivo intervém e contribui para essas iniciativas. Dentro da universidade, há uma iniciativa particularmente significativa chamada “Afirma”, que oferece bolsas dedicadas a projetos de pesquisa e extensão especificamente voltados para atender a todas as pessoas beneficiárias de cotas, abrangendo todos os segmentos. Além disso, são realizados eventos importantes que proporcionam um espaço para diálogo direto com a universidade.

Um destaque é a série de conferências de estudantes, denominada CONFOTAS, que já contou com três edições bem-sucedidas. A expectativa é que a quarta edição ultrapasse as anteriores em termos de impacto, reforçando a necessidade de ter esses indivíduos nesses espaços, discutindo e compartilhando suas experiências e necessidades dentro do ambiente acadêmico. Essas iniciativas são cruciais para garantir que as vozes dos cotistas sejam ouvidas e consideradas na construção de um espaço acadêmico mais inclusivo e representativo.

Conforme mencionado anteriormente, a UNEB não dispõe de uma banca de heteroidentificação, ressaltando assim a importância de indagar sobre a existência de iniciativas voltadas para a autoafirmação de pessoas trans dentro da UNEB, além de entender como o Coletivo atua frente a essa realidade. O Coletivo informa que a questão da burocracia na UNEB, especialmente relacionada à verificação da identidade trans para fins de cotas, é complicada pela necessidade de uma assinatura do comitê executivo LGBTQIAPN+ localizado em Salvador. Esse requisito coloca um desafio particular para as pessoas que residem no interior, cujo acesso à diretoria se dá primariamente por e-mail.

No entanto, a falta de organização desse meio de comunicação levanta preocupações sobre a eficácia da informação disponibilizada e sobre se as autodeclarações estão sendo devidamente verificadas quanto à sua autenticidade.

A situação é ainda mais complexa porque a natureza da autodeclaração impede a imposição de julgamentos de valor, dificultando o controle sobre a veracidade dessas afirmações. Além disso, a universidade enfrenta o desafio de fraudes em categorias de cotas além da transgeneridade, incluindo casos de alunos sem deficiência e não quilombolas se passando por tais, caracterizando o que pode ser considerado como fraudes ideológicas.

A situação das cotas para pessoas trans na UNEB, e os obstáculos enfrentados pelo Coletivo, destacam um problema mais profundo que vai além de meras questões institucionais, mergulhando nas políticas públicas de inclusão. A burocracia e a falta de preparo para lidar

com questões de identidade de gênero não são só empecilhos; mostram um grande vazio no reconhecimento da diversidade dentro do ambiente educacional.

Esse cenário mostra o quanto é importante o diálogo entre o Coletivo, a administração da Universidade e representantes da comunidade LGBTQIAPN+ para criar processos que respeitem e celebrem a diversidade de gênero. Desenvolver comissões especializadas, treinar o pessoal da universidade sobre questões de gênero e criar políticas claras para as cotas são passos essenciais para tornar a UNEB um lugar verdadeiramente acolhedor para todos. Além disso, é uma chance para a universidade se posicionar, mais uma vez, como líder na criação de um ambiente de ensino superior que seja justo e inclusivo para todas as identidades de gênero. É mais que uma questão de cotas; é sobre afirmar o respeito, a visibilidade e os direitos das pessoas trans na educação e na sociedade como um todo.

Esse contexto evidencia a necessidade de sistemas mais robustos e transparentes que garantam a integridade dos processos de cotas, protegendo os direitos daqueles que elas se destinam a beneficiar. A situação demanda uma abordagem cuidadosa que equilibre a validação das identidades e experiências dos candidatos com o respeito à sua privacidade e autodeclaração.

Considerações Finais

Em síntese, pelo resultado do estudo apresentado, nota-se que a trajetória dos jovens LGBTQIAPN+ dentro das universidades é considerada como um cenário de desafios e também de conquistas. Uma vez que o implemento das cotas para transexuais, travestis e transgêneros se transforma em um caminho para a equidade social na educação superior, assim como, busca o combate contra o preconceito estrutural e a exclusão social. Além disso, a experiência da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em adotar cotas para essa população demonstra um avanço significativo referente a diversidade, que propicia o reconhecimento das identidades trans dentro da sociedade.

Infelizmente, a homofobia, se origina dos preconceitos enfrentados na sociedade e refletem constantemente na esfera universitária, o que reforça a importância de preencher essas lacunas com auxílio de iniciativas inclusivas e/ou políticas afirmativas para garantir a equidade de oportunidades no ensino superior. Ao oferecer oportunidades educacionais inclusivas, as universidades não somente capacitam alguns indivíduos, mas também impulsiona os discentes para a desconstrução de estigmas enraizados.

É importante que as universidades apoiem a criação de coletivos, a exemplo do Unetrans+, pois são eles importantes aliados na luta pelo acesso às universidades e mais do que isso, na luta pela permanência das pessoas no mundo universitário.

Portanto, com a presente análise, tornou-se cristalino os impasses diários que são enfrentados por esses estudantes, que eventualmente ocorrem durante a graduação. Desta forma, compreende-se a necessidade da reafirmação premente de ser abordado essas questões na esfera da sala de aula, com o sentido de que possa ser assegurada a permanência e conclusão dos cursos de graduação. Assim, pode-se construir um ambiente acadêmico verdadeiramente acolhedor e plural, no qual todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas.

Referências

Ações de Assistência Estudantil. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/proreitorias/prae/ceu/2019/11/09/assistencia-estudantil>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

CFM atualiza regras para aperfeiçoar o atendimento médico às pessoas com incongruência de gênero. CFM, 2020. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-atualiza-regras-para-aperfeicoar-o-atendimento-medico-as-pessoas-com-incongruencia-de-genero/>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. Disponível em: <https://sb.fgv.br/catalogo/mobile/detalhe.asp?idioma=ptbr&acesso=web&codigo=204606&tip o=1&detalhe=0&busca=3>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237618/mod_resource/content/1/Marina%20Marconi%20Eva%20Lakatos_Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%20C3%ADfca.pdf. Aces- so em: 15. fev. 2024.

MOREIRA, Glaucia et al. **Inclusão social e ações afirmativas no ensino superior no Brasil: para quê?** Ensino Superior UNICAMP, 8 nov 2017. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/inclusao-social-e-acoes-afirmativas-no-ensino-superior-no-brasil-para-queij>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

O que são ações afirmativas? GEMAA. 19 de set. de 2021. Seção: Dados. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

PERES, Paula. **Como a Constituição de 1988 mudou a Educação.** Nova Escola, 01 de out. de 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12660/como-a-constituicao-de-1988-mudou-a-educacao>. Acesso em: 23 mar. 2024.

POLANYI, Karl, 1886-1964. **A grande transformação: as origens de nossa época.** Karl Polanyi; tradução de Fanny Wrobel. - 2. ed. -. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/262942/mod_resource/content/2/A_grande_transformacao%CC%A7ao_as_origens_de_nossa_epoca_Polanyi.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

Autor 1:



Miguel Arthur Teixeira Oton
Bacharelado em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Representante dos Estudantes Cotistas do DCHT XX/Brumado, Membro do Laboratório de Estudos sobre Educação, Direito e Diversidade (LEED) no DCHT XX/Brumado.
Email: otonacademico@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9225277265827196>
Orcid: 0000-0002-6649-4010

Autor 2:



Tamara de Matos Guerra
Bacharelada em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Facilitadora em Círculos de Construção de Paz pelo Núcleo de Justiça Restaurativa de 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), estagiária do Ministério Público/BA.
Email: tamaramatos@outlook.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4304157384202382>
Orcid: 0009-0007-0534-8064

1205

Autor 3:



Natiele de Lima Silva
Graduanda do curso de Direito pela Universidade do Estado da Bahia. Associada à RDL. Integrante do Laboratório de Pesquisa em Filosofia, Direito e Audiovisual, LAPEFIDA, UNEB. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Prisões, Violência e Direitos Humanos, NEPP, UESB.
Email: natieleacademico@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5030473538630272>
Orcid: 0000-0002-5049-4833

Autor 4:



Glenda Felix Oliveira

Doutora e mestre em Memória, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Advogada, Mediadora Judicial, professora substituta da Universidade do Estado da Bahia, professora da UNINASSAU e FASAVIC.

Email: glendafelixadv@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8762157728812053>

Orcid: 0000.0002.3801.4622